



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 118/21.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. CONCESSÃO  
DE TÍTULO DE CIDADANIA ANAPOLINA.  
OBSERVÂNCIA DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.  
OBSERVÂNCIA DO REGIMENTO INTERNO DA  
CÂMARA. CONSTITUCIONALIDADE.

## **1 – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria dos Vereadores Alex Martins e Andreia Rezende que “dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Anapolino Honorário ao Dr. Wandir Allan de Oliveira”.

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

A concessão de cidadania é prática corrente nos Municípios, tendo por intuito prestigiar pessoas e entidades que, por sua atividade, tenham contribuído de algum modo para o desenvolvimento local ou para o bem-estar coletivo.

Não restam dúvidas, portanto, de que se trata de matéria de interesse local, inserindo-se na esfera de competência típica legislativa deste ente (art. 30, I, da Constituição Federal de 1988). Passemos, então, à análise do que preceitua o ordenamento jurídico de Anápolis.

A Lei Orgânica da Cidade estabelece, em seu artigo 22, que cabe à Câmara dos Vereadores conceder título de cidadão honorário a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município, mediante Decreto Legislativo, aprovado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

Por sua vez, o Regimento Interno desta Casa de Leis dispõe, na alínea “a” do parágrafo 1º do artigo 102, que constitui assunto de propositura de Decreto

Palácio de Santana, Praça 31 de julho,  
S/N, Centro, Anápolis-GO  
CEP: 75025-040

[anapolis.go.leg.br](http://anapolis.go.leg.br)



CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS

Legislativo a concessão de Título de Cidadão Honorário de Anápolis ou qualquer outra homenagem ou honraria.

Além disso, os nobres Edis ainda não apresentou proposta de concessão de Título Honorífico de Cidadania nesta Sessão Legislativa. Sendo assim, foi observado o § 2º do art. 95 do Regimento Interno, que preceitua que cada Vereador somente poderá apresentar, em cada ano, 2 (duas) proposições dessa espécie.

### 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno desta Casa de Leis, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação do Projeto de Decreto Legislativo aqui discutido.

É o parecer.

Anápolis, de

de 2021.

*Frederico Moreira Caxeta*  
Vereador(a) Relator(a)

*[Signature]*

*[Signature]*

Encaminhe-se à comissão de  
Educação, Ciência e Tecnologia  
em 15.06.21  
*[Signature]*  
Presidente